MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Decreto-Lei n.º 75/90**

de 8 de Março

A recente redefinição do regime remuneratório do pessoal de gabinetes ministeriais obriga à reposição das equivalências, anteriormente existentes, entre esses lugares e os do gabinete do Procurador-Geral da República.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. — 1 — As remunerações do chefe do gabinete, dos assessores e do secretário pessoal do gabinete do Procurador-Geral da República são equiparadas, respectivamente, às de chefe do gabinete, adjunto e secretário pessoal dos gabinetes dos membros do Governo, com ressalva do abono para despesas de representação previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho.

2 — O presente diploma produz efeitos a contar de 1 de Janeiro de 1990.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Janeiro de 1990. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza* — *Joaquim Fernando Nogueira*.

Promulgado em 23 de Fevereiro de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 1 de Março de 1990.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que o Governo da República Socialista Federativa da Jugoslávia depositou junto do Governo da Grã-Bretanha, em 21 de Dezembro de 1989, o instrumento de ratificação à Convenção para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, feito em Montreal a 23 de Setembro de 1971.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 20 de Fevereiro de 1990. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Conselho de Cooperação Aduaneira, os

Governos do Senegal e de Malta depositaram, respectivamente em 21 de Setembro e 20 de Dezembro de 1989, os instrumentos de ratificação da Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, com as alterações introduzidas pelo Protocolo Adicional à referida Convenção.

A Convenção entrará em vigor, para o Senegal, a 1 de Janeiro de 1991, tendo entrado em vigor, para Malta, a 1 de Janeiro de 1990.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 20 de Fevereiro de 1990. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

**MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PESCAS
E ALIMENTAÇÃO E DO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS****Portaria n.º 174/90**

de 8 de Março

Considerando a necessidade de garantir a conservação dos recursos marinhos, especialmente em zonas sensíveis, como são as águas incluídas na Reserva Natural da Berlenga, criada pelo Decreto-Lei n.º 264/81, de 3 de Setembro, torna-se conveniente estabelecer restrições à actividade da pesca que nelas se exerce.

Assim, e tendo em conta o disposto no artigo 6.º-B do Decreto-Lei n.º 264/81, de 3 de Setembro, introduzido pelo Decreto-Lei n.º 293/89, de 2 de Setembro, que permite ao Governo estabelecer restrições ao exercício da pesca comercial:

Manda o Governo, pelos Ministros da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Ambiente e dos Recursos Naturais, o seguinte:

1.º O exercício da pesca comercial na área designada por reserva marinha da Berlenga, delimitada pela alínea *e*) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 264/81, de 3 de Setembro, fica sujeito às seguintes restrições:

- a*) O acesso à área referida fica limitado a embarcações até 100 t de arqueação bruta;
- b*) Utilização exclusiva das artes de pesca referidas nas alíneas *a*), *c*) e *d*) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho.

2.º — *a*) A utilização dos aparelhos de anzol, referidos na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, só é permitida desde que os mesmos sejam fundeados, não podendo ser calados a menos de 50 m de terra.

b) O número máximo de anzóis por cada aparelho é fixado em 200, os quais deverão ter a abertura mínima de 9 mm.

c) As embarcações que, pelas suas características, tenham acesso à área da reserva marinha da Berlenga não podem calar por cada 24 horas de operação mais de cinco aparelhos de anzol do tipo autorizado na presente portaria.

d) Os aparelhos de anzol não podem ficar com bóias de suspensão a menos de 5 m da superfície da água,